

**TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL**

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 10000/2020

Sumário: Designa, em regime de substituição, o licenciado Carlos Alberto Fernandes Pinto para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Informática, I. P.

Considerando que a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, prevê, no n.º 4 do artigo 19.º, a designação dos membros do conselho diretivo dos institutos públicos na sequência de procedimento concursal, ao qual se aplicam as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, doravante abreviadamente designado Estatuto do Pessoal Dirigente;

Considerando a vacatura do lugar de vogal do conselho diretivo do Instituto de Informática, I. P. (II, I. P.), importando proceder à nomeação do respetivo titular, a fim de garantir o normal e eficaz funcionamento deste serviço;

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente estabelece, no respetivo artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar, nomeadamente durante o período temporal em que esteja em curso o respetivo procedimento concursal;

Considerando que será solicitada à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) a abertura de procedimento concursal para o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Informática, I. P., em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública;

Considerando que o ora designado detém os requisitos previstos para o cargo e possui a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções:

1 — Designo, no uso das competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 892/2020, de 14 de janeiro de 2020, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 22 de janeiro de 2020, e ao abrigo do disposto nos artigos 19.º e 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, conjugado com o previsto no n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua atual redação, em regime de substituição, o licenciado Carlos Alberto Fernandes Pinto para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Informática, I. P., a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 196/2012, de 23 de agosto, na sua redação atual.

2 — Para os efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos à presente data.

6 de outubro de 2020. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Gabriel Gameiro Rodrigues Bastos*.

ANEXO

Nota curricular

Carlos Alberto Fernandes Pinto, nascido a 3 de abril de 1967 na Guarda.

Licenciatura em Direito pela Universidade Internacional de Lisboa (1990) e pós-graduação em Direito das Autarquias Locais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2004).

Diretor do Departamento de Gestão e Administração, em regime de substituição, no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., entre janeiro e outubro de 2020.



Técnico superior, em regime de mobilidade na categoria, no Gabinete de Auditoria do Sistema de Segurança Social do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., de outubro a dezembro de 2019.

Chefe do Gabinete da Secretária de Estado da Segurança Social no XXI Governo Constitucional, entre novembro de 2015 e outubro de 2019.

Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entre abril e novembro de 2015. Assessor jurídico no Gabinete do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre novembro de 2013 e abril de 2015.

Técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

Assessor do Secretário de Estado da Segurança Social nos XVII e XVIII Governos Constitucionais (2009-2011).

Em 2008 tomou posse na categoria de assessor jurídico da carreira de consultor jurídico do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Diretor-coordenador de Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre 1998 e 2002.

De 1996 a 1998 foi assessor da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Em 1992 ingressou na Administração Pública como consultor jurídico de 2.ª classe no mapa de pessoal da Direção-Geral de Apoio Técnico à Gestão do Ministério do Emprego e da Segurança Social (MESS) e posteriormente, até 1996, pertenceu ao mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS).

De 1991 a 1992 frequentou e concluiu o estágio profissional de advocacia, ministrado pela Ordem dos Advogados.

Desde 2008, é vogal suplente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, eleito pela Assembleia da República.

313617448